

DISCURSOS SOBRE COTAS NO BRASIL

SÍRIO POSSENTI*
ANA LUIZA BARRETTO BITTAR**

Para ver as coisas, é preciso olhar muitas vezes.
(Alice Krieg-Planque)

*Mas pq ela tava aqui atrás de estudo achei que
preto não precisava estudar por causa das cotas*
(na internet)

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar como a mídia impressa brasileira se posicionou diante da lei das cotas. O corpus é composto por textos publicados durante um mês nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*, representantes da “grande mídia brasileira”. Também foram analisados alguns textos que os mesmos veículos publicaram sobre outras políticas de cotas, em especial para mulheres e para portadores de deficiência. A análise foi conduzida a partir de conceitos da Análise do Discurso, levando em consideração, em especial, o léxico e os enunciados recorrentes, além das condições de produção. A análise permitiu identificar que há uma tendência contrária à adoção da política de cotas nas universidades brasileiras, mas que esta posição não se manteve em relação a outras políticas de cotas, diferença que este trabalho pretende explicar.

Palavra-chave: cotas; polêmica; semântica global; esquerda-direita.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the position underlying the Brazilian print press towards the Quotas Law. The corpus is composed of a month of coverage of the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo* and the magazine *Veja*. Those vehicles are representative of “Brazil’s great media.” We also analyzed some texts on other Quota Laws, mainly those on women and people with disabilities, which were published by the same vehicles. For the corpus analysis, we adopted some concepts from Discourse Analysis, particularly taking into account the lexicon and the recurring utterances as well as their conditions of production. The analysis allowed us to identify a tendency by the press to stand against the adoption of the policy of quotas in Brazilian universities. However, a different stance was found in relation to other quota policies, a difference that this work intends to explain.

Keywords: quotas; polemic; global semantics; left and right wing.

* Professor na Unicamp, coordenador do Centro de Pesquisas FEStA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), Bolsista do CNPq. e-mail: siriop@terra.com.br

** Licenciada em Letras pela Unicamp e professora da rede privada de ensino. e-mail: analuiza.bittar@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 7 de agosto de 2012, o Senado Federal aprovou a lei 12.711/2012, sancionada em 29/08/2012, garantindo 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de ensino para alunos oriundos do ensino médio público. Parte dessas vagas é destinada a alunos autodeclarados negros, pardos ou indígenas. A porcentagem reservada pelo critério racial varia em cada estado, de acordo com dados de censos do IBGE. A lei previu aumento progressivo da reserva das vagas, começando com 12,5%.

A aprovação da Lei de Cotas foi provavelmente uma das principais ações de política afirmativa no Brasil, e resultou de um amplo processo de luta dos movimentos sociais. Seguimos Moehlecke (2002) e de Sito (2013) para uma breve apresentação do tema.

O termo “política de ação afirmativa”, segundo Moehlecke (2002), começou a circular nos anos 60 nos Estados Unidos¹, quando ganharam força o movimento pelos direitos civis, que lutava por igualdade de oportunidades e direitos a todos os cidadãos, e o movimento negro, que obteve a derrubada de diversas leis segregacionistas. A tese de que o Estado deveria assumir uma postura ativa para a melhoria das condições de vida da população negra ganhou força, e o governo passou a implementar políticas públicas de promoção de minorias.

A partir de então, experiências de ação afirmativa se espalharam por diversos países, tendo como principais públicos-alvo as minorias étnicas, raciais e as mulheres, e como principais áreas contempladas, o mercado de trabalho, o sistema educacional e a representação política.

No Brasil, o primeiro projeto nesse sentido surgiu em 1983. Propunha reserva de vagas para negros em concursos públicos e inclusão de estudo da história e da literatura africanas nas escolas². O projeto não foi aprovado pelo Congresso. A proteção ao mercado de trabalho da mulher e a reserva de um percentual de vagas em concursos públicos para portadores de deficiência inscritas na Constituição de 1988 marcaram o início da promoção de políticas públicas de proteção e inclusão de grupos minoritários no Brasil. Em 1995, foi adotada a primeira política nacional de cotas, que estabeleceu um mínimo de 30% de vagas para candidatas mulheres em cada partido político. No mesmo ano, a partir de forte pressão do movimento negro, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para promover políticas de valorização desta população (MOEHLECKE, 2002).

A *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas*, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, teve papel fundamental no avanço das políticas públicas voltadas à população negra do país, uma vez que o evento funcionou como “catalisador para a implementação dessas políticas no cenário latino-americano” (Sito, 2013: 254). Nesta Conferência, foram expostos números da desigualdade racial da população

¹ A primeira política de ação afirmativa, entretanto, surgiu na Índia, como um modo de reduzir as desigualdades impostas pelo sistema de castas.

² Projeto de Lei nº 1.332 protocolado pelo então Deputado Federal Abdias do Nascimento.

brasileira que colocaram em cheque a imagem de democracia racial do país, sustentada até então pela comparação com as políticas segregacionistas dos Estados Unidos e o sistema de *apartheid* da África do Sul. (SITO, 2013, p.255)

Em 2000, o percentual de universitários brancos era de 12% da população, enquanto o de negros e pardos era de apenas 3%. A adoção de políticas afirmativas com reserva de vagas a estudantes negros e oriundos de escolas públicas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001, foi um dos primeiros resultados da III Conferência de Durban. No mesmo ano, o governo do Paraná aprovou lei que destinou três vagas de cada universidade do estado a alunos indígenas.

Nos dez anos que separaram a aprovação das cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro da aprovação da Lei de Cotas para as federais de todo o Brasil, muitas instituições de ensino superior adotaram políticas semelhantes³. Mas, nesse período, também foi grande a resistência a essa política: em julho de 2009, por exemplo, o Partido Democratas (DEM) entrou com ação no STF contra os atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB), que estabeleceram reserva de vagas por critérios sociais e raciais na universidade⁴. Até hoje essa política enfrenta resistência, sendo que duas das maiores universidades brasileiras, a USP e a UNICAMP, não aderiram à política de cotas, optando por uma bonificação na nota de alunos de escolas públicas, apesar de ela não garantir o acesso igualitário de alunos negros e de classe “baixa” às universidades.

Esse breve percurso permite compreender aspectos das condições de produção que possibilitaram o surgimento do tema, o pano de fundo específico que tornou possível tal acontecimento discursivo. Além disso, o percurso também ilustra, de forma concisa, que a aprovação da lei resultou de um processo de disputas entre movimentos sociais que lutam por políticas afirmativas e movimentos conservadores que a elas resistem. O que explica o caráter polêmico dos discursos.

2. ALGUNS CONCEITOS

2.1 Discurso

Para a Análise do Discurso, o discurso resulta da relação entre língua e história, de maneira que, em determinadas circunstâncias, certos enunciados são produzidos de forma regrada em posições específicas: “para uma sociedade, para um lugar e um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível; (...) este dizível constitui um sistema” (Maingueneau, 1984: 16). Cada discurso é regido por uma formação discursiva, definida brevemente como o que pode e deve ser

³ Segundo a Agência do Senado, em 2011, 32 universidades estaduais e 38 universidades federais já haviam adotado o sistema de cotas raciais. <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/09/19/cotas-10-anos-de-inclusao-nas-universidades-publicas-brasileiras>>

⁴ A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADFP) 186 ajuizada pelo Partido Democratas em julho de 2009.

dito a partir de uma posição em uma conjuntura, segundo a conhecida formulação de Pêcheux. Foucault (1986:136) define discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Maingueneau (2004: 2-55) apresenta um conjunto de características do discurso, considerando diversas tendências. As principais são: é uma organização situada além da frase, é orientado, é uma forma de ação, é interativo, ocorre sempre em um contexto, é regido por regras, é assumido por um sujeito e é considerado no interdiscurso.

Maingueneau (1984:20) propõe que um discurso, como fato histórico, se situa entre a formação discursiva e a superfície discursiva. Segundo o autor, *superfície discursiva e formação discursiva* são um dos avatares da dupla língua/fala. Por isso, sugere considerar, por um lado, um sistema de restrições de boa formação semântica (*a formação discursiva*) e, de outro, o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema (*a superfície discursiva*). Finalmente, propõe empregar “discurso” para referir-se à própria relação que une os conceitos precedentes. Fazendo isso, leva em conta também uma prática usual: quando se fala em “discurso da arte”, “discurso feminista” etc., remete-se menos a um conjunto de textos efetivos do que ao conjunto virtual dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as regras de cada formação discursiva, concebida como um conjunto de restrições, representado por semas, que constituem uma competência discursiva. Assume-se, como hipótese, que, no caso, estão em relação polêmica duas formações discursivas, que chamaremos de Esquerda e de Direita, como justificativa abaixo.

2.2. Acontecimento

Relevante para esta pesquisa é o conceito de “acontecimento”. Em uma apresentação da AD, POSSENTI (2006:2005), levando em conta diversas abordagens, define acontecimento como um “fato” que é

retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornados similares. Enfim, [quando] ele se tornou o motivo pelo qual um conjunto de textos foi em seguida produzido e veiculado.

Ler jornais, assistir a noticiários e acompanhar discussões geradas na época torna possível dar-se conta de que a aprovação da lei das cotas teve ampla repercussão na mídia e na sociedade brasileira. Por isso, pode ser considerada um acontecimento. Os dados abaixo, obtidos com ferramentas do Google⁵, ilustram como ele foi amplamente “retomado, revisado, analisado...”:

– o termo “cotas” + “universidades”, no intervalo de uma semana a partir da aprovação da lei pelo Senado (de 07/08/2012 a 14/08/2012), teve 6.200 ocorrências;

⁵ Pesquisa feita em agosto de 2014, tem apenas caráter ilustrativo.

– o termo “cotas” + “universidades federais” no mesmo intervalo, teve 2.180 ocorrências;

– o termo “cotas” + “universidades”, no intervalo de um mês (de 07/08/2012 a 07/09/2012), teve aproximadamente 12.900 ocorrências;

– o termo “cotas” + “universidades federais”, no intervalo de um mês (de 07/08/2012 a 07/09/2012), teve aproximadamente 3.810 ocorrências;

– o termo “cotas” + “universidades”, sem intervalo de tempo delimitado, teve aproximadamente 1.370.000 ocorrências.

3. O CORPUS

Selecionar um *corpus* é parte essencial de uma pesquisa em Análise do Discurso. A própria seleção do material constitui parte do processo metodológico e uma pré-análise. Portanto, é parte da pesquisa e da própria análise, que, por sua vez, pode levar a retificações do corpus. Por isso, é relevante apresentar aspectos das concepções teóricas sobre a questão propostas por Courtine (2009).

Em um primeiro momento, o autor define *corpus* discursivo como “um conjunto de seqüências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2009: 54). Para o autor, a constituição de um *corpus* é uma atividade de “extração”, realizada a partir das hipóteses formuladas na definição dos objetivos de uma pesquisa. Tais extrações se dão a partir do “universal do discurso”, do potencial de discursos que um analista poderia considerar. As extrações (que implicam exclusões) levam ao *corpus* a ser analisado. Práticas de análise, mesmo se não explicitadas, de certa forma funcionam como primeiro filtro. De fato, a maioria dos *corpora* tem sido discursos políticos veiculados na mídia, o que indica, portanto, uma predileção dos analistas por certos tipos de discursos (COURTINE, 2009: 54-55).

As restrições ocorrem primeiramente a partir do campo discursivo de referência que se pretende abordar: por exemplo, um discurso produzido em determinado momento histórico, por um determinado locutor⁶ ou formação discursiva etc. Uma vez delimitado o campo, o analista pode isolar, a partir de suas hipóteses, seqüências discursivas determinadas⁷, havendo, portanto, um movimento de extrações sucessivas determinado pela definição das condições de produção do *corpus* que se pretende analisar, sendo este um trabalho de homogeneização. Uma “seqüência discursiva” é tipicamente uma “seqüência oral ou escrita de dimensão superior à frase” (2009, p.55), mas os procedimentos de segmentação que atribuem forma a uma seqüência frequentemente fazem com que seja grande a “heterogeneidade dos planos de estruturação dos *corpora* efetivamente realizados em AD” (2009: 56).

⁶ Ou por uma certa mídia, como aqui.

⁷ Produzidas em determinado período, por exemplo, como aqui; a decisão deve ser justificada.

Crítérios análogos de organização de um corpus são explicitados em Maingueneau (1984), com uma especificidade: cada formação discursiva “gera” seus enunciados explorando sistematicamente um pequeno número de semas, que funcionam como sistema de restrições e de boa formação. Por exemplo, enunciados de direita são produzidos a partir de semas como **natureza e mérito**, e enunciados de esquerda, a partir de semas como **sociedade e reparação**. Os temas dos enunciados e, principalmente, a recorrência do *léxico* e de *enunciados* são indícios de que se vale o pesquisador para organizar um corpus e dividi-lo, eventualmente, em diversas formações discursivas.

Seguindo Maingueneau (2014: 86-7), diremos que este trabalho trata de formações discursivas *temáticas*, cujo *corpus* não é organizado a partir de uma instância produtora (um partido, uma religião), mas a partir de um tema, como “a droga”, “a eutanásia” etc. O objetivo é estudar enunciados que falam de certo “referente”. Tais temas usualmente dividem uma sociedade. Assim, trata-se frequentemente de formações discursivas em relação polêmica.

4. DA SELEÇÃO À ANÁLISE

Como vimos, a constituição de um *corpus* é uma atividade de “extração” que seleciona enunciados a partir das hipóteses e dos objetivos da pesquisa. Neste caso, o material sobre o tema é vasto. Considerá-lo em sua totalidade seria impossível (e, segundo a teoria, desnecessário).

Muitas pesquisas em AD optam por um *corpus* previamente definido, como edições de uma revista ou textos produzidos por uma instituição durante um certo período. No caso da análise de discursos produzidos em torno de acontecimentos polêmicos e de ampla repercussão, como este caso, o material é disperso e heterogêneo. Dificilmente pode ser previamente definido. Por isso, estabelecemos limites em relação ao material encontrado na Internet, mas atendendo aos objetivos da pesquisa⁸.

Restringimos a pesquisa aos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e à revista *Veja*, representantes da chamada “grande mídia brasileira”. Ainda assim, verificamos que o material é demasiadamente extenso. Por isso, delimitamos o tempo de produção ao período de um mês a partir da data de aprovação da lei pelo Senado - entre 07/08/2012 e 07/09/2012 -, também porque sua sanção ocorre neste período (29 de agosto de 2012).

A coleta do material privilegiou os jornais e a revista em sua versão digital, selecionado com ferramentas de busca, procurando textos que incluíam o termo “cotas” ou faziam alusão ao tema. Foram encontrados 10 textos na *Folha de S. Paulo*, 22 em *O Estado de S. Paulo* e 10 na *Revista Veja*, totalizando 42 textos.

⁸ Foram excluídas publicações que podem ser consideradas de esquerda, que não fazem parte da grande mídia. É certamente uma limitação, caso o objetivo fosse caracterizar uma ampla heterogeneidade. As posições de esquerda, no entanto, aparecem na grande mídia (tipicamente de direita), ora em citações, ora em artigos de opinião.

Frequentemente, os termos relevantes estão no próprio título, eventualmente um indício do posicionamento⁹. Por exemplo, em “Senado institui cotas para 50% nas federais”, “Federais terão 50% para cotas”, “Escolas particulares *ameaçam ir à justiça contra cotas* em universidade”, “Assegurar acesso *é dever* do Estado”, “Uma ideia para as cotas nas universidades”, “Uerj *criou estratégias para incluir cotistas*”, “Apesar de federal, ITA pode ficar fora da reserva de vagas sociais”, “O que as cotas *mascaram*”, “Cota *desrespeita* inteligência”.

Uma análise inicial classificou os textos conforme fossem favoráveis ou contrários à adoção das cotas. A maior parte defendia um posicionamento, mas alguns expunham ambos e outros eram apenas informativos, sem assumir posicionamento explícito. Os gráficos abaixo resumem esta análise prévia:

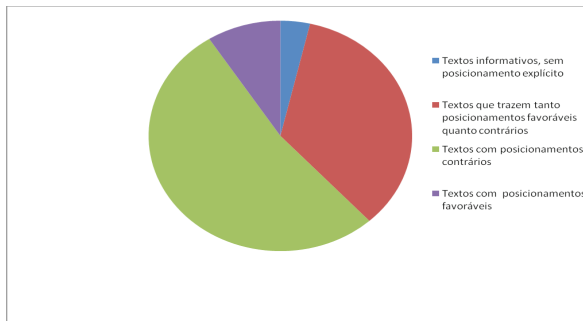


Gráfico 1- Posicionamentos explícitos dos veículos de imprensa sobre as cotas

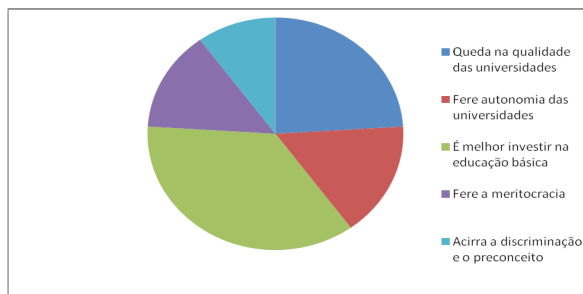


Gráfico 2 - Argumentos recorrentes contrários às cotas

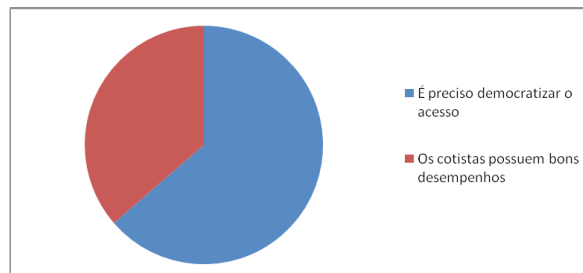


Gráfico 3 - Argumentos recorrentes favoráveis às cotas

⁹ Exemplos são os elementos em itálico, abaixo.

Como se vê, não houve tratamento igual aos dois posicionamentos. O único veículo que publicou textos que apenas defendiam a medida foi *O Estado de S. Paulo*, em 5 de 22 textos. A maior parte apresenta tanto o posicionamento contrário quanto o favorável ou apenas o posicionamento contrário à política afirmativa. Na *Veja* e no *Estado de S. Paulo*, o número de textos que apenas combatem a medida foi maior.

Uma segunda análise identifica os principais temas e argumentos. A análise mostra não só que o posicionamento contrário às cotas teve maior espaço, mas também que foi divulgado um maior número de argumentos contrários à medida, o que contribui para a “sensação” de que há mais argumentos contrários.

Mais relevante do que a quantificação dos dados é analisar como esses discursos são constituídos e como um mesmo tema aparece em formações discursivas distintas. Por isso, organizamos a análise por temas, mencionando enunciados do *corpus* que materializam os discursos sobre a questão.

Evidentemente, os discursos tratam de temas. Segundo Maingueneau (1984: 81), os temas mais importantes são os que recaem sobre as articulações essenciais do modelo semântico de cada formação discursiva. Um discurso não se caracteriza por tratar de um tema, mas pela maneira como o trata. No entanto, certos temas são característicos de certos discursos e são desconhecidos por outros. O **mérito**, por exemplo, é um tema do discurso contrário às cotas, e a **reparação** é um tema do discurso favorável às cotas. O tema da **qualidade** do ensino é tratado nos dois discursos, mas de maneiras diferentes.

Vejamos alguns temas e enunciados que os materializam:

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS

“Em vez de investir dinheiro **na educação básica**, sua obrigação, o governo usa o dinheiro público em aventuras como o mensalão, se escondendo atrás de medidas (cotas nas universidades, controles da Anvisa, proibição de publicidade para crianças)...(*Folha de S. Paulo*, 20/08/12)

“É mais fácil tapar o sol com a peneira, assinando o ‘contrato **de falência’ do ensino público brasileiro**, do que investir no mesmo.” (*O Estado de S. Paulo*, 10/08/12)

Se nos sacrificamos para pagar escolas particulares para nossos filhos é porque **o ensino fundamental público é de péssima qualidade**, salvo raríssimas exceções.” (*O Estado de S. Paulo*, 10/08/12)

“Em vez de elevar e exigir nível de excelência, a par das universidades, no ensino fundamental e médio, o Senado vergenhosamente assume **o fracasso da educação pública** nesses níveis e retira do aluno o mérito.” (*O Estado de S. Paulo*, 10/08/12)

Nos enunciados acima, circula o argumento de que se deve investir na educação básica ao invés de investir em políticas afirmativas na Universidade, e que esta decisão representa “abandono”, “atestado de falência” das escolas públicas. O único enunciado sobre esse tema no discurso do posicionamento favorável às cotas é que “*uma ‘consequência positiva’ do projeto de lei aprovado no Senado pode ser a valorização do ensino médio nas escolas públicas. ‘Ficará mais interessante para famílias de classe média baixa matricular os filhos na rede*

pública, diz Feres Júnior.” (O Estado de S. Paulo, 13/08/ 2012). Há, portanto, uma leitura diferente que os dois posicionamentos fazem de como a política afetará o ensino básico.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS

Outro tema recorrente no *corpus* é da *autonomia universitária*, sendo que o principal argumento é o de que as cotas iriam contra esse princípio. Nesse caso, há a repetição de uma mesma expressão: “[a política de cotas] *fere a autonomia universitária*”:

“Para o diretor da Fapesp e ex-reitor da Unicamp Carlos Henrique de Brito Cruz, o projeto de lei é ruim porque **fere a autonomia**. É uma **usurpação da autonomia universitária**, porque viola o direito de que cada instituição decida o modelo mais adequado (O Estado de S. Paulo, 08/08/12)

“A **ação fere a autonomia**. O Estado tem o direito de fazer política pública que envolva universidades, mas não deve tomar medida que as uniformize. (...) (O Estado de S. Paulo, 09/08/12)

Apenas um enunciado veiculou a abordagem desse tema segundo o posicionamento favorável às cotas: “Para Ana Rita (PT-ES), relatora da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado do projeto, a defesa da autonomia universitária não se sobrepõe à soberania do poder público em assegurar o direito à educação” (Folha de S. Paulo, 09 ago. 2012). Novamente, há uma leitura diferente dos posicionamentos, dessa vez sobre a posição da *autonomia universitária*: para um grupo, ela está acima de qualquer decisão do poder público, enquanto para outro ela não pode impedir a promoção de direitos por parte do governo.

A *qualidade das universidades públicas* foi um tema ao qual os textos também recorreram, sendo que o argumento mais comum é o de que, com as cotas, haveria uma queda dessa qualidade:

QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO

“...essa lei trará “um **abalo muito grande na qualidade de ensino das universidades federais**, que já não andam bem”. (O Estado de S. Paulo, 08/08/12)

“... a definição de 50% é preocupante e **pode resultar em queda de qualidade de ingressantes...** (O Estado de S. Paulo, 09/08/12)

“O ensino superior, que já não é bom, **vai ficar pior ainda.**” (O Estado de S. Paulo, 10/08/12)

“O governo quer **profissionais incompetentes** e terá, e isso é um fato.” (O Estado de S. Paulo, 30/08/12).

Os enunciados mostram que vários enunciadores associam as cotas à queda na qualidade das universidades. Além disso, há uma representação dos cotistas como “*pobres*”, “*fracos*” (“*classe fraca*”) e “*incompetentes*” (a relação entre estas

predicações é, frequentemente, de implicação¹⁰: *se pobre, então incompetente*). Tal posicionamento veicula assim a crença de que os cotistas são maus alunos, incapazes de manter o mesmo rendimento dos não cotistas, e até de serem bons profissionais. Apagam-se as causas das desigualdades do sistema educacional brasileiro que fazem com que os indivíduos não tenham as mesmas condições de competição pelas vagas. A competitividade torna-se um traço individual, como se o cotista não tivesse a mesma capacidade intelectual dos alunos não cotistas e precisasse de cotas por esta razão.

Mas esse também é o tema em que há maior espaço para o posicionamento favorável às cotas (apesar de ainda ser menor do que para o contrário), defendendo que as cotas não representariam a queda na qualidade dessas universidades e fazendo uma leitura de uma tese do outro posicionamento: um *exercício catastrófico de futurologia*, uma ideia *preconceituosa e racista*.

QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES: POSICIONAMENTO FAVORÁVEL

“Enquanto durou o debate, as cotas eram apresentadas como prenúncio do fim do mundo. As pesquisas indicam que os cotistas tiveram desempenhos iguais ou até superiores aos dos demais.” (*Folha de S. Paulo*, 19/08/12)

“A diferença na nota de entrada não significa que ela será mantida dentro da faculdade ou na saída.” Para ele, prever a queda da qualidade nas instituições como reflexo das cotas é um “exercício catastrófico de futurologia.” (*O Estado de S. Paulo*, 12/08/12)

“A ideia de que a qualidade do ensino nas federais vai diminuir após a adoção das cotas é preconceituosa, para não dizer racista”, afirma a estudante....” (*O Estado de S. Paulo*, 12/08/12)

MERITOCRACIA: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS

Um dos temas recorrentes no *corpus* é característico apenas do posicionamento contrário: a meritocracia¹¹. Como se sabe, o mérito é o princípio pelo qual se sustenta o atual modelo de entrada nas universidades públicas brasileiras, a partir do vestibular. Tal exame é baseado na ideia de que os melhores alunos, os “merecedores” da vaga, podem ser selecionados com justiça através de uma prova. A leitura que o posicionamento contrário faz das cotas é que elas feririam esse princípio e, por isso, seriam injustas:

“Como professora, gostaria que os alunos chegassem com uma base compatível, que não fosse apenas uma inserção sem avaliação rigorosa do mérito.” (“Você é a favor das cotas? Não” - *O Estado de S. Paulo*, 09/08/12)

¹⁰ Por sua vez, cada uma destas implicações se sustenta em memória complexa, diferente para cada FD, conforme as diferentes justificativas da pobreza e da explicitação de suas conseqüências.

¹¹ Mais adiante, proporemos que o mérito é um sema típico do posicionamento contrário às cotas.

“Precisamos criar uma elite intelectual egressa da rede pública e – num país racista como ainda é o Brasil – os negros também tem de receber estímulos. Mas **fazer isso em detrimento do mérito não faz sentido algum.**” (“A Lei de Cotas é positiva para as federais?” - *O Estado de S. Paulo*, 30/08/12)

Nesse caso, fica implícita outra imagem dos cotistas para o posicionamento contrário: *aqueles que não merecem essas vagas.*

Para aqueles que defendem as cotas, entretanto, o princípio da meritocracia não é o mais justo em um país em que há imensa desigualdade social, muitas vezes fundada na raça, reproduzida também no sistema educacional. As cotas seriam, então, uma forma de combate a esta desigualdade que faz com que o acesso à universidade não esteja disponível da mesma forma para os diversos grupos sociais.

Apesar de não haver no *corpus* nenhum enunciado do posicionamento favorável que faça alusão a esse tema, é possível identificar o diálogo com tal posicionamento em um dos enunciados: “O Estado brasileiro desembaraça-se do princípio do mérito alegando que se trata de critério “elitista””. (*O Estado de S. Paulo*, 16/08/2012).

Para se defender dessa imagem, o enunciadador recorre a uma memória:

Na verdade, é o avesso disso: a meritocracia difundiu-se no pensamento ocidental com as Luzes, junto com o princípio da igualdade perante a lei, na hora do combate aos critérios aristocráticos de promoção escolar e preenchimento de cargos no serviço público. Naquele contexto, para suprimir a influência do “sangue azul” na constituição das burocracias públicas, nasceram os concursos baseados em exames. O princípio do mérito não produz, magicamente, a igualdade de oportunidades, mas registra com eficiência as injustiças sociais. (...) Os “amigos do povo” asseguram, pela abolição do mérito, a continuidade do apartheid educacional brasileiro. (*O Estado de S. Paulo*, 16/08/2012)

Apela à ideia de que o princípio da meritocracia foi adotado no período iluminista como forma de combate à reprodução dos privilégios (no caso, da aristocracia), traçando um paralelo dela com a elite brasileira atual, para defender que o princípio que o Outro chama de elitista nasceu para romper com a elite. Para a Análise do Discurso, a retomada de outros acontecimentos e discursos não é aleatória, mas está ligada ao que a formação discursiva permite lembrar ou obriga a esquecer. O posicionamento oposto poderia, por exemplo, retomar o mesmo fato histórico, mas tratando a própria burguesia iluminista como elite, que conquistou seu espaço a partir do princípio que ela chama de meritocracia, mas que, na verdade, impede que o espaço seja disputado por toda a população. Assim, é possível demonstrar que, na luta ideológica, o próprio funcionamento da *memória discursiva* se dá de acordo com as regras das formações discursivas postas em cena, adequando-se ao que cada uma permite que seja dito ou esquecido.

Um tema menos recorrente, mas central para entender o confronto entre os posicionamentos, é o da *discriminação* e do *preconceito*. As cotas raciais são vistas por seus defensores como uma forma de combate à discriminação,

histórica e atual, da população negra na sociedade brasileira, como mostra o enunciado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: POSICIONAMENTO FAVORÁVEL

“Para se ter uma mostra da ineficácia da cota social em relação à inserção do negro, basta ver números da USP. Apesar das políticas de inclusão social – como Inclusp e Pausp – que hoje garantem que 28% dos alunos venham de escola pública (dados do vestibular 2012), o número de universitários negros por lá continua muito pequeno. Nos cursos mais concorridos, são completa raridade. Por isso, além do percentual, o projeto tem o grande mérito de estipular que o índice seja respeitado dentro de cada curso, sempre obedecendo à representatividade da população negra no Estado que abriga a instituição. Isso é bárbaro e um grande avanço no **combate a essa dupla discriminação pela qual passa o negro**: a da pobreza e a da cor da tez” (*O Estado de S. Paulo*, 09/08/12)

Este tema também aparece na voz dos que são contrários à medida, como se viu no manifesto e como pode se repetir em enunciados do *corpus*:

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO

Já não bastasse isso, a restrição de vagas tem o efeito perverso de **fomentar a discriminação às avessas**. (*O Estado de S. Paulo*, 10/08/12)
... a insensatez das cotas que **promovem a discriminação e o preconceito**, e marcam como incompetentes os que se beneficiam delas. (*Veja*, 29/08/12)
Meu filho será uma vítima dessa **nova modalidade de racismo e preconceito por ser branco e estudar em escola particular**. (*Veja*, 05/09/12)

Nestes enunciados, ao mesmo tempo em que há o uso do verbo *acirrar* (*ainda mais a discriminação*), que pressupõe a existência da discriminação – reforçada pela expressão *ainda mais*, também ocorre o verbo *criar* (*uma cisão étnica*), que implica que, na ausência de cotas, a discriminação não existe. Além disso, fala-se de uma *discriminação às avessas*, de uma *nova modalidade de racismo*, o que indica que para tal formação discursiva, as cotas seriam capazes não só de acirrar o racismo, mas de criar outra espécie de racismo. Assim, a discriminação pela qual passou e ainda passa o negro na sociedade brasileira é apagada de tal discurso, enquanto tenta-se, a partir de hipóteses no plano do discurso, prever uma situação em que o opressor se tornaria oprimido, ignorando-se que o racismo vem de uma história de escravidão, que não poderia ser “passada” ao grupo dos brancos nesse suposto racismo às avessas.

Outro tema central para o posicionamento favorável às cotas é o de que é necessária uma *reparação histórica*, capaz de corrigir as desigualdades atuais que são fruto de um passado de exclusão, como afirmam os enunciados:

REPARAÇÃO HISTÓRICA: POSICIONAMENTO FAVORÁVEL

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação. “É uma **reparação de anos e anos de exclusão racial e social**”. (*O Estado de S. Paulo*, 08/08/12)

A cota é um **instrumento de reparação** que permite o acesso à universidade de segmentos da sociedade até então alijados desse processo. (*O Estado de S. Paulo*, 12/08/12)

Apesar de ser um tema central no posicionamento favorável às cotas, há apenas dois enunciados no *corpus* que apresentam aos leitores tal argumento, enquanto há outros três enunciados que o criticam:

REPARAÇÃO HISTÓRICA: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO

Ela pondera ainda que o projeto prejudica alunos bolsistas das escolas privadas. “Você está **pagando uma dívida e formando outra**.” (*Folha de S. Paulo*, 09/08/12)

Compreendo que as cotas **ajudem a corrigir algumas distorções**, mas reservar metade das vagas é de uma **insensibilidade monstruosa** (“Educação”, Painel do Leitor - *Folha de S. Paulo*, 09/08/12)

A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniqüidades históricas, como a escravidão? (*Veja*, 29/08/12)

Nesse caso, nenhum enunciado questiona que há uma situação de desigualdade provocada historicamente e que essa deve ser combatida. Mas um posicionamento argumenta que tal combate não é função da universidade ou que o número de vagas reservado às cotas é muito grande.

Um último tema importante no *corpus*, especialmente para o posicionamento favorável às cotas, é a democratização do acesso à universidade, por entender que as cotas equilibrariam a competição por esse acesso. Palavras-chave para esse posicionamento são *democratização* e *direito ao acesso*, que traduzem o pressuposto de que hoje essa competição não é democratizada e tal direito não é garantido a todos os cidadãos.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: POSICIONAMENTO FAVORÁVEL

Para o governo, a medida **amplia o acesso** de setores menos favorecidos da população ao ensino superior (*Folha de S. Paulo*, 09/08/12)

Estamos falando de uma universidade pública mantida por recursos públicos. **O acesso precisa ser para todos** e cabe ao poder público **assegurar esse direito**. (*Folha de S. Paulo*, 09/08/12)

A importância desse projeto tem a ver com um duplo desafio: primeiro, é a **democratização, o acesso às universidades**. (*O Estado de S. Paulo*, 30/08/12)

O objetivo principal das cotas não é melhorar a universidade, mas **tentar democratizar o acesso**. Alunos de escolas públicas sempre enfrentaram grandes desigualdades. (*O Estado de S. Paulo*, 30/08/12)

Mas há também, nesse caso, enunciados sobre esse tema do posicionamento contrário às cotas, para o qual esse acesso será limitado por essa política:

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: POSICIONAMENTO CONTRÁRIO

Os seus insuperáveis defeitos de origem são múltiplos – a começar pela enormidade, em sentido literal e figurado, da reserva de vagas, **configurando uma limitação brutal da disputa não discriminada pelo acesso** a formação superior. (*O Estado de S. Paulo*, 10/08/12)

A lei não só **desrespeita a igualdade** de acesso como facilita a entrada de apenas uma parcela dos estudantes brasileiros”. (*O Estado de S. Paulo*, 09/08/12)

No primeiro enunciado, o pressuposto de que a *disputa atual pelo acesso não é discriminada* implica que todos têm acesso igual a essa disputa. O posicionamento contrário a tal política defende que as cotas *desrespeitam a igualdade*, também implicando que a situação atual é igualitária. As duas formações discursivas leem, portanto, os mesmos temas de maneira diferente, partindo de um conjunto de pressupostos diferente.

A organização do *corpus* – em temas e argumentos relativos a cada formação discursiva – apresentada neste tópico é já uma de análise que mostra que é possível descobrir que cada FD trata de conjunto limitado de temas e se vale de argumentos não muito numerosos, constituído a partir de um sistema de paráfrase, “isso é, um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 2004, p.49). Assim, diversos enunciadores, em uma mesma FD, formulam enunciados semanticamente semelhantes, dizem basicamente o mesmo no interior do “que pode e deve ser dito (...) a partir de uma dada posição em uma conjuntura” (PÊCHEUX & FUCHS *apud* COURTINE 2009, p.72)

5. OS DISCURSOS DA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA SOBRE OUTRAS POLÍTICAS DE COTAS

A pesquisa sobre cotas na universidade produziu, como é comum, novos questionamentos. Nesta parte do trabalho, tentaremos responder a um deles: *em outros domínios - no caso, em relação a outras políticas de cotas adotadas no país - os discursos que circularam nesses veículos de imprensa foram os mesmos?*

Como já observamos, a política de cotas nas universidades foi adotada por diversas instituições de ensino superior do país. Todavia, desde sua aprovação, houve forte resistência a ela, como já anotamos.

Entretanto, a reserva de vagas nas universidades não foi a primeira política de cotas do país: em 1991, a Lei nº 8.213/91, em seu art. 93, estabeleceu a obrigatoriedade de as empresas com 100 ou mais empregados preencherem uma parcela das vagas com pessoas portadoras de deficiência. Quatro anos mais tarde,

estabeleceu-se uma cota mínima de 30% de mulheres entre os candidatos dos partidos políticos.

Pretendemos investigar se o discurso a respeito dessas políticas é o mesmo em relação à reserva de vagas nas universidades a partir de critérios raciais e sociais.

5.1. Uma questão de esquerda / direita

Considerando que a aprovação das cotas é objeto de confronto entre posições ideológicas distintas, propomos que a polêmica em questão se caracteriza pelo embate entre discursos de *esquerda* e de *direita*. Apesar de tal dicotomia provavelmente não abarcar todas as nuances do tema, consideramos que as formações discursivas favoráveis e contrárias às cotas remetem, a partir do funcionamento da *memória discursiva*, aos posicionamentos típicos destes dois pólos ideológicos.

Bobbio (1994:95) defende que “o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade”. Para o autor, a *esquerda* é mais igualitária e a *direita* menos igualitária, e esse princípio comanda os posicionamentos de cada um desses grupos. Além disso, cada uma destas posições explica diferentemente as desigualdades:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são *sociais* e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são *naturais* e, enquanto tal, inelimináveis. (idem, p.105)

Bresser-Pereira (2007:83), de certa forma, especifica a posição de Bobbio:

Meu conceito de esquerda e direita tem como critérios a justiça social e a ordem pública, de um lado, e o reconhecimento ou não da necessidade de intervenção do Estado na economia, de outro. Enquanto alguém de direita prioriza sempre a ordem em relação à justiça, quem é de esquerda está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça social; enquanto o conservador é hoje um neo ou ultraliberal, o progressista defende um grau razoável de intervenção do Estado para corrigir as falhas alocativas e distributivas do mercado.

Motta e Possenti (2008:2-3) partiram destas teses para analisar um corpus sobre violência. Segundo eles, o esboço de uma *semântica global* para as formações discursivas *esquerda* e *direita* incluiria os semas seguintes:

certamente os semas **/igualdade/** e **/justiça/** seriam os fundamentais da esquerda e os semas **/diferença/** e **/ordem/** seriam os fundamentais da direita. Semas “secundários” seriam os relativos ao papel da **natureza** (maior para a direita) e da **sociedade** (maior para esquerda), ao do **Estado** (menor para a direita, exceto quando se trata de repressão, em decorrência do sema /ordem/) e maior para a esquerda (como corretor de desigualdades) e do **Mercado** (em relação ao qual se inverte a posição anterior) etc. (MOTTA, POSSENTI, 2008, p.2-3)

Partindo deste sistema de restrições para os discursos de *esquerda* e de *direita*, constatamos que os posicionamentos da imprensa sobre as cotas nas

universidades materializam essas ideologias. Isso ocorre, por exemplo, quando defende as cotas dizendo que é *uma reparação de anos de exclusão racial e social*, o que remete diretamente à promoção da *igualdade* e da *justiça social*, valorizadas pela esquerda. Da mesma forma, quando valoriza a *autonomia* e a *meritocracia*, prefere a *manutenção da ordem*, tese da direita.

A partir desse sistema e das análises acima, podemos organizar *enunciados-base* da direita e da esquerda em relação às cotas nas universidades. Propomos, então, que eles se configuram da seguinte maneira:

Esquerda: *as cotas em universidades representam uma correção das desigualdades produzidas socialmente que impedem que haja uma competição igualitária pelas vagas. Além disso, as cotas raciais promovem maior igualdade de acesso para uma população que foi historicamente excluída e marginalizada e, por isso, promovem justiça social.*

Direita: *as cotas em universidades ferem o princípio da meritocracia a partir da qual as vagas devem ser destinadas aos melhores alunos e, por isso, promovem uma injustiça e comprometem a qualidade das universidades. Além disso, as cotas raciais acirram a discriminação racial.*

Os principais semas que atuam nesse sistema de restrições são: /Igualdade/, para o discurso que defende as cotas, e /Mérito/, para o discurso contrário a essa política. Quando propomos investigar a relação entre os discursos sobre as cotas nas universidades e sobre as cotas para mulheres e portadores de deficiência, pretendemos saber, dentre outras coisas, se tais semas são também definidores de posicionamentos da *direita* e da *esquerda* sobre as outras políticas de cotas.

5.2. Análise dos novos dados

Organizamos um *corpus* composto por textos publicados nos mesmos órgãos de imprensa acima citados, seja na política ou no setor privado, seja para mulheres ou portadores de deficiência. Os textos foram identificados a partir de ferramentas básicas de busca na internet. Observou-se que a quantidade de textos sobre esses temas foi consideravelmente menor do que sobre as cotas nas universidades. Além disso, não encontramos esses temas em matérias de capa ou em reportagens de primeira página, nem em cartas de leitores, o que pode ser indício de que as cotas para mulheres e para portadores de deficiência geraram repercussão e polêmica bem menores do que as cotas nas universidades. O fato também pode ser indício de que essas políticas sofreram menor resistência.

O *corpus* é constituído por 11 textos. Foram separados pelos temas “cotas para mulheres” (6 textos) e “cotas para portadores de deficiência” (5 textos). Como no caso das cotas para universidades, os títulos são em grande medida factuais, como **Mulheres no gabinete** (*Folha de S. Paulo*, dezembro 2010), **Cumprida na teoria, cota de mulheres candidatas não vale na prática** (*Folha de S. Paulo*, outubro de 2014), **Projeto reserva 15% das vagas em concursos para portadores de deficiência** (*Folha de S. Paulo*, abril 2012), **Câmara cria bolsa para trabalhadores com deficiência** (*Veja*, março 2015), mas eventualmente

indicam posicionamento, como em **O Irrealismo das cotas** (O Estado de S. Paulo, setembro de 2012).

5.3. Cotas para mulheres

Começaremos a análise por um editorial de dezembro de 2010 da *Folha de São Paulo*, que consideramos representativo dos discursos encontrados sobre o tema. A Folha avalia a escolha de Dilma Rousseff de preencher 30% das vagas no primeiro escalão dos ministérios de seu primeiro mandato com mulheres e apresenta argumentos contrários à cota estipulada pela presidenta que remetem diretamente ao enunciado-base de direita sobre as cotas: o jornal afirma não haver “*nada mais paternalista e contrário ao princípio do mérito pessoal do que estabelecer, pela via legislativa, alguma obrigatoriedade de cotas para o preenchimento de cargos públicos*” (Folha de S. Paulo, 2010), formulando um enunciado baseado no sema /Mérito/¹², típico dessa formação discursiva. O jornal ainda cria um simulacro do posicionamento favorável a políticas de cotas (ou da esquerda): “*o domínio do “politicamente correto” terminaria, sem dúvida, por imaginar cotas em profusão para minorias e grupos de interesse sem fim*” (id.). Dois anos antes da aprovação das cotas para universidades, a *Folha* explicita o seu temor de que políticas afirmativas sejam difundidas em prol de minorias e entre “grupos de interesse sem fim”.

Apesar desta posição, o jornal faz uma concessão. Afirma que, por uma questão circunstancial – Dilma se tornou a primeira mulher a assumir a presidência do país – tal medida é justificável: “*dentro de uma margem de escolha pessoal, entretanto, como a que parcialmente admite a composição de um ministério, a opção de Dilma se justifica. Diante dos compreensíveis traços de continuidade que a ligam a Lula, confere-se uma marca de identidade própria à futura administração*” (id., 2010).

Em uma matéria 1998, a Folha ataca a recém aprovada reserva de 30% das vagas em partidos políticos para mulheres, alegando que se trata de discriminação (sic): é feito em nome dos homens: **a opinião dos homens sobre a bandeira defendida por Marta é bem diferente. ‘Maior discriminação que essa lei não existe. Nosso país é machista, infelizmente, e as mulheres foram se acostumando a ficar na sombra dos maridos, mas não é impondo cotas que essa situação vai mudar’, analisa o deputado estadual Campos Machado, líder do PTB na Assembleia.**” (Folha de S. Paulo, 20/08/1998). A mesma tese de que não se combate o preconceito a partir de políticas afirmativas que promovam a minoria porque isso acirrará o preconceito é adotada para criticar as cotas raciais e pode ser constatada no posicionamento do mesmo jornal: em um editorial de 2015 a respeito da aprovação de cotas raciais para o serviço público, a Folha afirma que “*não se ignora o racismo presente na sociedade brasileira; qualquer cruzamento dos dados de raça com indicadores de sucesso socioeconômico o evidencia. É um despropósito, porém, combater esse tipo de desigualdade realçando diferenças calcadas na cor da pele – justamente o que se quer superar.*” (Folha de S. Paulo,

¹² Paternalismo implica falta de mérito

23/05/2014). É relevante ressaltar que, em ambos os casos, não há nos textos propostas sobre como deveriam ser combatidos o machismo e o racismo; apenas a afirmação de que as cotas não são o caminho.

Outro ponto importante: na matéria de 1998, é aos homens que é dada a voz para falar sobre o machismo e sobre como combatê-lo ou não, e não às mulheres, enunciadoras reivindicadas pelo movimento feminista como as mais legítimas enunciadoras para falar sobre a questão. A voz das mulheres é representada por Marta Suplicy: *“idealizadora do projeto, a deputada federal e candidata ao governo de São Paulo Marta Suplicy (PT), não se abate. Diz que a lei, colocada em prática pela primeira vez nas eleições municipais de 96 com uma cota de 20%, vai pegar gradativamente. ‘O que está acontecendo faz parte da conquista paulatina pela ascensão da mulher na política’”* (Folha de S. Paulo, 20/08/1998). A fala de Marta, em oposição à dos “homens”, defende a medida e remete a um enunciado tipicamente da esquerda, segundo o qual a política de cotas deve promover a *ascensão dos grupos excluídos historicamente*.

Em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* de 2014 sobre cotas para mulheres em cargos de gestão de empresas também é possível identificar o confronto de posicionamentos que rememora o embate típico entre esquerda e direita. A medida aparece como uma solução para *equilibrar* a competição (e, portanto, promover a *igualdade*), mas que poderia ser criticada tanto pela direita (“quem defende a *meritocracia*”) quanto pela esquerda (quem espera que ela esteja “acompanhada das ações afirmativas”):

A implantação de cotas para mulheres em conselhos de administração é prevista por lei em alguns países da Europa e têm se mostrado uma solução para equilibrar os quadros das empresas. Porém, a saída é criticada por quem defende a meritocracia e quando não vem acompanhada de ações afirmativas, como paridade salarial ou políticas que ajudem a conciliar carreira e maternidade, por exemplo. ((*O Estado de S. Paulo*, 11/11/2014).

Mas, nesse caso, é o posicionamento favorável à medida que ganha destaque a partir da voz de um especialista da FGV:

Entretanto, há um ponto sensível no debate: “Infelizmente, muitos dos que se posicionam não estudaram muito sobre esse assunto”, critica o pesquisador da FGV-SP Alexandre Di Miceli da Silveira: “Quem não é a favor das cotas alega que elas vão *contra a meritocracia*, mas a *situação atual não é meritocrática*”, explica o acadêmico. Ele argumenta que, *se houvesse oportunidades iguais* para ambos os sexos, o número de mulheres no alto escalão das companhias não estaria estagnado há mais de uma década. (*O Estado de S. Paulo*, 11/11/2014)

Termos deste texto (em *itálico*) retomam a tese central da esquerda: há uma situação desigual e injusta que precisa ser equilibrada para que haja *Igualdade*/ de oportunidades e uma crítica clara ao posicionamento adepto ao *Mérito*.

Outros três textos do *corpus* são favoráveis às cotas. No mais recente, de outubro de 2014, a notícia aborda o não cumprimento pelos partidos da regras que atribuem cotas para mulheres na política, e as cotas são avaliadas positivamente por um procurador: *“Isso mostra que é necessário rever o momento final de análise da cota. É uma das medidas que podem ser adotadas nas eleições futuras. A cota*

em si é uma excelente medida, mas ela tem que ser implementada a contento” ((*Folha de S. Paulo*, 04/10/ 2014). Já em matéria da *Folha* de 1997, descreve-se a participação feminina no Congresso na época e a expectativa para o resultado das cotas nas próximas eleições. Chama a atenção o fato de o jornal destacar que o maior número de parlamentares mulheres é de partidos de esquerda: “*Em tese, quanto mais candidatas forem lançadas, mais deputadas e senadoras. Na prática, também: 62,4% das mulheres eleitas para o Congresso são de partidos de esquerda, justamente os que mais abriam espaço a candidaturas femininas”* (*Folha de S. Paulo*, 21/12/1997). Isso mostra que o discurso, nesse caso, é também uma prática desses partidos. Vale, então, retomar Bobbio (1994) que aborda essa opção da esquerda por políticas mais igualitárias:

O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e que como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como uma tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais e, que outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. (BOBBIO, 1994, p.110)

Por fim, outro texto revelou alta aprovação da política de cotas para mulheres ao mencionar os resultados de uma pesquisa de opinião, que apontou que 75% da população era favorável às cotas para mulheres na política. A pesquisa revelou ainda que apenas 24% dos entrevistados conheciam a legislação que garante às mulheres participação de 30% nas listas de candidatos dos partidos políticos. (O *Estado de S. Paulo*, 09/03/2009).

Considerando tais dados, pode-se concluir que, embora o tema não tenha tido ampla divulgação (em contraste com a ampla repercussão da aprovação das cotas nas universidades), o que implica pouco conhecimento acerca da medida, e apesar de terem sido veiculados argumentos contrários (que se aproximam do enunciado-base da direita sobre as cotas universitárias), mesmo assim houve aprovação da medida, tanto pelo texto do jornal quanto pela população. Observe-se que ocorre o oposto do que houve em relação às cotas nas universidades.

5.4. Cotas para portadores de deficiência

Em relação às cotas para portadores de deficiências, encontramos resultados bastante diferentes dos anteriores. Dos textos que compõem o *corpus*, nem a revista *Vêja* nem o jornal *Folha de S. Paulo* tratam o tema como uma questão polêmica (no sentido mais comum, de controvérsia), nem há a presença de enunciadores que condenem a reserva de vagas para esse segmento da população. Pelo contrário: em uma matéria de 2012 da *Folha*, por exemplo, a aprovação do projeto de lei que garante a reserva de 15% das vagas nos concursos públicos a portadores de deficiência é apresentada como uma vitória. Na voz do relator da proposta, a medida é “*mais um passo na luta contra o preconceito”* (*Folha de S. Paulo*, 05/04/2012), contra aqueles que criam “*estratégias para poder não atender aquele público que mais necessita de uma lei de cotas”* (*ibid.*, 2012).

Chama atenção que a mesma *Folha*, que apresenta a aprovação das cotas como uma vitória nesta matéria, um ano mais tarde condenou a reserva de vagas por critérios raciais nos concursos públicos e em cargos do legislativo, invocando, além dos argumentos conhecidos contrários à utilização de raça como critério, que

Não é tão simples transpor esse princípio [de igualdade nas cotas em universidades] para o Poder Legislativo e para os concursos públicos. Nessas atividades, a lógica de promover a igualdade não se impõe como prioritária. Quando o Estado contrata um servidor, espera-se que seja o mais qualificado. Quando um eleitor escolhe seu representante, deve fazê-lo tão livremente quanto possível. Os princípios da seleção nesses casos devem ser a eficácia administrativa e a liberdade de escolha. . (*Folha de S. Paulo*, 07/12/2013).

Observa-se, portanto, que os mesmos grupos que condenam as cotas nas universidades e por critérios raciais não adotam o mesmo posicionamento em relação às cotas para portadores de deficiências, por mais que sejam exatamente para os mesmos espaços (no caso, os concursos públicos). Além disso, os argumentos que remetem ao *mérito*, semente central da direita para outras cotas, não são retomados neste caso. Uma possível explicação para esse fenômeno pode estar na tese de Bobbio (1994) de que

a direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado. (...) Ao lado da natureza madrastra está a sociedade madrastra. E a esquerda está geralmente propensa a considerar que o homem é capaz de corrigir tanto uma quanto outra. (BOBBIO, 1994, p.105-106)

Assim, uma vez que a questão da deficiência está mais relacionada a uma condição física / *natural*, a direita está propensa a aceitar que se compense de alguma forma prejuízos causados por essa condição, enquanto não está disposta a adotar políticas que corrijam disparidades no campo *social*.

Reportagem da revista *Veja* de 2007, intitulada “Pleno Emprego”, relata a dificuldade de muitas empresas em conseguir as vagas destinadas aos deficientes, apesar da taxa de 10% de desemprego dos que se enquadram nessa categoria. Segundo a revista, isto se deve tanto à falta de qualificação desses cidadãos quanto à dificuldade de se adequarem a alguns serviços que exigem certas capacidades físicas. Apesar disso, *não há na matéria qualquer questionamento sobre a validade da medida*. Em contraposição, a não qualificação profissional desse público é tratada nesse caso como uma “*deficiência crônica do próprio país*”, que se coloca como um *desafio* a ser superado, enquanto que, em relação às cotas nas universidades, o baixo preparo dos alunos de escolas públicas é um dos argumentos para a não inclusão. Assim, o mesmo grupo que defende que o aluno pobre e negro que ingressa por cotas diminuiria a qualidade das universidades não defende que o funcionário portador de deficiência contratado por cotas diminua a qualidade do serviço.

Já em matéria de 2015, *Veja* aborda a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que cria o Auxílio Inclusão, “*voltado para o pagamento de uma bolsa para pessoas com deficiência que ingressarem no mercado formal de trabalho*” (*Veja*, 05/03/2015) e a obrigatoriedade de empresas

com cinquenta a noventa e nove funcionários de contratarem pelo menos um portador de deficiência. Veja não só defende a medida, seguindo a relatora, que afirma “*os deficientes têm um histórico de exclusão*” (*ibid.*, 2015) e que, por este motivo, precisam de oportunidades e de qualificação e de *executivos* que “*foram unânimes em dizer que a inclusão é boa para todos*”, como relata casos de portadores de deficiência beneficiados por oportunidades de emprego, como o exemplo abaixo:

Em setembro de 2006, Rafael Macedo da Cunha, de 23 anos, conseguiu o seu primeiro emprego. Ele sofre de artrite reumatoide juvenil, que afeta principalmente sua coluna vertebral e os membros inferiores e o obriga a usar muletas. “Bati na porta de muitas empresas que não me aceitaram por causa da deficiência. Desde que consegui essa oportunidade minha mãe anda super feliz”, sorri. Rafael trabalha em casa – onde mora com os pais e a irmã – como atendente de telemarketing da Uranet, empresa de tecnologia na área de call-center. “Agora tenho a minha vida. Sinto que sou útil e estou fazendo a minha parte na sociedade”, diz. Rafael diz gostar de trabalhar em casa, entre outros motivos porque seria complicado se locomover todos os dias até o trabalho. (*ibid.*, 2015)

É elucidativo comparar essa matéria com outra reportagem da mesma revista, em 2012, sobre “*O drama de estudantes – e famílias – afetados pelas cotas*”. Nesse caso, não há nenhuma entrevista com beneficiados pela medida; apenas uma série de depoimentos de pessoas que se sentiram injustiçadas pelas cotas, como o a seguinte:

Investir na educação dos filhos sempre foi prioridade para a funcionária pública Vivian Seabra, de 48 anos, e ela não poupou esforços nesse projeto. Colocou os gêmeos Lucas e Felipe, ambos de 20 anos, em um conceituado colégio de São Paulo. Em valores atuais, os doze anos do ensino básico saem por cerca de 250.000 reais por aluno. Lucas, disputa pela terceira vez uma vaga no curso de medicina. Ele já chegou a ser aprovado em uma faculdade particular, mas recusou-se a ingressar na instituição porque preferiu realizar novo vestibular para a faculdade federal, sinônimo de qualidade. A chegada da lei de cotas deixou o jovem revoltado. “Empenhei anos da minha formação estudando duro. A lei desequilibra a competição”, diz. Vivian conta que toda a família tem acompanhado os esforços do garoto – e sofrido com ele. “Com esse novo sistema, parece que todo o sacrifício que fizemos não será reconhecido.” (*Veja*, 21/07/2012)

A partir de enunciadores que materializam o posicionamento da própria revista, fica evidente, portanto, a tendência da *Veja* de apoiar a política de cotas para portadores de deficiência e de combater política semelhante para o ingresso nas universidades, a partir de critérios sociais e raciais. Por ser uma revista amplamente reconhecida como *conservadora*, seus posicionamentos também se explicam pela tese defendida por Bobbio de que a *direita* está mais disposta a aceitar o que é natural do que diferenças de caráter social.

Nos textos do jornal *O Estado de S. Paulo* que compõem o *corpus*, diferentemente do que se encontrou na *Veja* e na *Folha de S. Paulo*, o tema é tratado como controverso. Também há enunciados contrários às cotas para portadores de deficiência. Em *O irrealismo das cotas*, publicado um mês após a aprovação das cotas nas universidades e em um período em que a discussão sobre o tema estava bastante presente nesses veículos, defende-se que as cotas

para portadores de deficiência deram errado e que “*iniciativas como essa desmoralizam as políticas de ação afirmativa no país*”.

Fica claro, entretanto, que há uma preocupação não apenas com as cotas para deficientes, mas com a expansão da política para outras minorias e outros espaços: “*a partir do momento em que passaram a ser usadas com objetivos demagógicos, sendo convertidas em leis e levando à proliferação de sistemas de cotas, elas se desfiguraram e passaram a acarretar os mais variados problemas*” (*O Estado de S. Paulo*, 13/07/2012). Pode-se concluir, portanto, que o ataque a essa política reflete a tentativa de brechar a ampliação da medida para outros grupos e setores, como negros e pessoas de baixa renda nas universidades.

Os outros artigos deste veículo selecionados, ambos de 2009, são respostas à questão que o próprio jornal elaborou e que apresenta a questão como polêmica: “*As cotas raciais e para deficientes são justas?*”.

O artigo que defendeu a política de cotas para portadores de deficiência retoma enunciados tipicamente da *esquerda* sobre as cotas nas universidades ao fazer alusão a uma *correção histórica*:

O sistema de cotas, em uma sociedade democrática, deve existir para corrigir as distorções históricas nos campos social, cultural e econômico. É inaceitável viver em uma democracia em que seus entes sejam separados em agrupamentos humanos que, coincidentemente, são interligados em suas condições objetivas de vida onde a ausência do ensino superior é elemento comum. É coincidência que as pessoas com deficiência, dos pretos, dos índios e dos oriundos de escola básica pública sejam, em sua maioria, pobres e sem curso superior? (*O Estado de S. Paulo*, 13/05/2009)

O artigo que critica a política de cotas centra-se na questão racial e defende que a medida implicaria em “*dividir os brasileiros em grupos ‘raciais’*”, o que, para o autor, daria “*acolhida ao ovo da serpente do ódio racial*” (id., 2009) - como se esse ódio não existisse e fosse criado pela política de cotas. O artigo, portanto, retoma o enunciado-base da direita sobre as cotas raciais, embora não faça qualquer referência aos portadores de deficiência.

Comparando os discursos sobre os dois temas analisados, foi possível concluir, em relação às cotas para mulheres, que os discursos retomam, em certa medida, os enunciados-base da *esquerda* e da *direita* sobre cotas nas universidades, e que os semas */Igualdade/* e */Mérito/* também funcionam como semas dessas formações discursivas. Pode-se concluir, portanto, que os sistemas de restrições que atuam em ambos os temas são bastante próximos. Entretanto, também foi possível constatar que houve um maior apoio por parte desta mídia às políticas de cotas para mulheres, sendo a resistência significativamente menor do que em relação às cotas nas universidades.

As políticas de cotas para portadores de deficiências, por sua vez, sofreram uma resistência ainda menor, merecendo, inclusive, irrestrito apoio da *Folha de S. Paulo* e da *Veja*, veículos que atacaram as cotas raciais e sociais em universidades. Neste caso, deram maior espaço a discursos que remetiam à */Igualdade/* e ao enunciado-base da *esquerda*. Além disso, as cotas para portadores de deficiências foram defendidas por parlamentares que não são de esquerda, que produziram

enunciados produzidos a partir dos semas da FD Esquerda sobre cotas nas universidades. Mesmo nos textos do jornal *O Estado de S. Paulo* em que há uma resistência a esse tipo de política, ela não está fundada no /Mérito/, mas em um ataque à política de cotas nas universidades. Observamos, portanto a tendência anunciada por Bobbio de que a *direita* está mais propensa a aceitar as correções daquilo que é *natural* em detrimento ao *social*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estavam entre os principais objetivos propostos para esta pesquisa esboçar uma análise de como a política de cotas sociais e raciais foi tratada pelos principais meios de imprensa escrita do país no período de sua aprovação em âmbito federal, como se dá a relação entre os discursos que circularam nesses veículos sobre essa medida e sobre outras políticas de cotas adotadas no Brasil, quais foram os posicionamentos materializados pelos discursos que circularam na mídia sobre o tema, quais foram as condições de produção que permitiram o surgimento do acontecimento e dos posicionamentos em questão e como eles remetem a uma memória discursiva.

A partir da seleção e da organização de um *corpus* e da análise dos textos selecionados, foi possível observar que circulou pelos veículos de imprensa em questão um maior número de textos em que a política de cotas foi criticada, além de terem sido materializados em maior quantidade e variedade argumentos que sustentavam esse posicionamento. Comparando os textos do *corpus* com os manifestos escritos por intelectuais brasileiros sobre o tema, foi possível constatar que tais veículos apagaram, “esqueceram” em suas publicações muitos dos argumentos centrais em defesa dessa política.

A grande mídia impressa brasileira ajudou, portanto, a difundir um ataque à política que tem possibilitado a diminuição dos escandalosos índices de desigualdade social e racial no quadro das universidades brasileiras. Além disso, privou seus leitores de diversos dados e argumentos que sustentam o posicionamento daqueles que defendem essa medida e apagou o passado de escravidão da população negra no Brasil, impossibilitando que aqueles que não têm acesso a outros meios de informação pudessem formar um posicionamento sólido de defesa dessa política.

Não é novidade que a grande mídia brasileira defende, em geral, as pautas conservadoras. Ainda assim, consideramos relevante explicitar de que forma ela o faz, do que ela *lembra* e do que ela *esquece* nessa disputa ideológica e como se constituem os discursos que ela faz circular em suas páginas.

Pudemos identificar ainda que o ataque à política de cotas por esses veículos não se deu da mesma forma para os diferentes sujeitos / grupos beneficiados por ela e para as diferentes instituições. Deu-se o contrário: as cotas para portadores de deficiência foram defendidas e houve uma oposição significativamente menor às cotas para mulheres do que para negros nas universidades. Além disso, foi

possível observar que os não se invocaram os mesmos argumentos para públicos diferentes.

A diferença mostra que não se trata de uma crítica à política de cotas como um todo, mas especialmente à política que reserva vagas para a população de menor renda e negra e no âmbito universitário, espaço tradicionalmente branco e elitizado no Brasil. Nesse sentido, é possível dizer que há uma resistência dos grupos representados por essa mídia em aceitar uma mudança étnica e social na configuração desse espaço universitário.

Evidentemente, não se pretendeu, neste trabalho, esgotar as possibilidades de análise de um tema tão amplo quanto complexo, nem considerar definitivos os resultados obtidos. Como afirmou Krieg-Planque (2009: 26) sobre o trabalho contínuo de releitura e revisitação de um *corpus*, “para ver, é preciso olhar muitas vezes”; sabemos que ainda há muito a ser visto, tanto no *corpus* considerado quanto em relação ao tema. Mas esperamos que possa contribuir, mesmo assim, para novos olhares e questionamentos sobre o papel da mídia impressa brasileira como formadora de opinião e sobre os discursos a respeito das políticas afirmativas no Brasil. Consideramos que, como afirma Sito, é desvelando “as ideologias que subjazem aos argumentos expostos que podemos tencionar e, quiçá, romper as relações assimétricas entre diferentes culturas.” (SITO, 2013, p.270)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. 2ª. ed. rev., Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 96 p.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). *Esquerda nacional e empresários na América Latina*. Lua Nova, n.70. São Paulo: CEDEC. Pp. 83-100
- BOBBIO, N. (2001). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. São Paulo, SP: UNESP. 189 p.
- CARVALHO, J. J. de. (2006). *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 2. ed. São Paulo, SP: Attar. 211 p.
- COURTINE, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Prefácio de Michel Pécheux. São Carlos, SP: Editora da UFSCar. 250 p.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1986. 239 p.
- KRIEG-PLANQUE, A. (2009). Entrevista com Alice Krieg-Planque (Céditec, Université Paris XII) por Philippe Schepens, traduzida por Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. *Linguagem*, 6. edição. Disponível em: <www.lettras.ufscar.br/linguagem/edicao06/entrevista.php>
- MOTTA, A. R. e POSSENTI, S. (2008). Direita e esquerda: volver! In: *Primeira Jornada Internacional de Estudos do Discurso*, 2008, Maringá. Anais da Primeira Jornada Internacional de Estudos do Discurso. p. 303-314.
- MAINGUENEAU, D. (2004). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Editora Cortez. 237p.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições Ltda. 2007, 189 p.

- MAINGUENEAU, D. (2012). *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial. 2014. 190 p.
- MOEHLECKE, S. (2002). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. 2002, *Cadernos de Pesquisa*, nº177, p.197-217, nov.
- PÊCHEUX, M. (1969). *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, F., HAK, T. (orgs) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, S. (2006). *Análise do discurso e acontecimento*. in: Navarro, P. (org). *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos: Editora Claraluz. pp. 93-108.
- SITO, L. (2013). Disputas e diálogos em torno do conceito de “políticas afirmativas” para o ensino superior no Brasil. *Universitas Humanística*, Bogotá, v.77, p. 251-275, setembro 2013.